

Adelmo Simas Genro: além dos muros da escola



A violência atingiu a Adelmo diretamente em março e as aulas chegaram a ser suspensas. Conheça a história da escola, da Nova Santa Marta e saiba o que pensam os professores e a comunidade sobre o assunto.

edição 190 |
março de 2015
jornal mensal do
Sindicato dos
Professores Municipais
de Santa Maria

primeira classe



Reuniões pedagógicas:

Coordenadora sindical faz um convite à temozia e a professoras da rede pública municipal opinam sobre o assunto.

Páginas 6 e 7

EDITORIAL

Um mês de março polarizado no Brasil

O mês de março foi de acirramento político no Brasil. É possível que desde a redemocratização não tenha havido um momento tão polarizado quanto o que estamos vivenciando neste momento – para o bem, no caso das manifestações de rua e da luta contra a corrupção, e para o mal, no caso da emergência de um discurso conservador que às vezes beira o fascismo por parte de setores da sociedade brasileira. É um processo que vem se desenvolvendo pelo menos desde as Jornadas de Junho de 2013 e se acentuou durante e após o segundo turno das eleições do ano passado.

Essa polarização se expressou, neste mês de março, sobretudo em duas manifestações massivas nas ruas do país: uma, ocorrida no dia 13 de março e gestada fundamentalmente por setores mais próximos ao governo federal e ao projeto político do Partido dos Trabalhadores; e outra, ocorrida no dia 15 – esta, mais expressiva numericamente –, organizada nas redes sociais, por setores mais reacionários e com apoio midiático. Nós, como direção de sindicato, em primeiro lugar acreditamos que manifestações são legítimas dentro do Estado Democrático de Direito e são reflexo de uma sociedade plural e que acredita na livre expressão de opiniões. Entretanto, não podemos deixar de traçar críticas a ambas as manifestações.

Quanto à primeira, a do dia 13, não se pode deixar de observar que tiveram o objetivo de defender um governo que ataca direitos dos trabalhadores através de um pacto com setores conservadores de nossa política, que fundamentalmente defendem os interesses dos mais ricos. A ausência de grandes reformas estruturais – como tributária, fiscal, política, urbana ou agrária, além de regulamentação do mercado financeiro e da mídia – também são indicativos de que o projeto político em vigência no país não atende às demandas históricas de redução de desigualdades e de promoção de justiça social. Os poucos avanços que houveram a partir do pacto de conciliação social estão esgotados – está aí a crise econômica que mostra qual a verdadeira face do capitalismo em que vivemos e a quem verdadeiramente o governo representa – o setor financeiro – e quem foi chamado a pagar a conta – os trabalhadores, os direitos sociais, a educação.

Em relação ao dia 15, o que chamou mais a atenção foi o caráter reacionário da maior parte das reivindicações – o impeachment da presidenta Dil-

ma Rousseff por um viés golpista e sem base legal, o apelo pela intervenção militar e diversas outras manifestações de elitismo, intolerância e alimentação ao ódio de classe. Causa espanto as declarações do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso no sentido de que as manifestações foram democráticas. É inaceitável que um ex-presidente da República e doutor em Sociologia não avalie as especificidades do movimento no que toca ao seu caráter mais intolerante. Nós, educadores, não podemos naturalizar

Questões que parecem ser mais pontuais do mundo da educação não estão dissociadas de políticas mais amplas que ocorrem no Brasil e no mundo. São partes dentro de um projeto muito mais amplo: o desmonte do Estado de bem estar social e a entrega de todas as esferas da vida pública à iniciativa privada.

essa situação – não podemos aceitar e muito menos caminhar ao lado daqueles que levantam a bandeira da volta da Ditadura Civil-Militar. É um contrassenso se utilizar de uma liberdade democrática para pedir o fim da democracia assim como não podemos tolerar a intolerância e o ódio.

É claro que não devemos simplesmente taxar todos os manifestantes do dia 13 como “governistas” – pois certamente havia muita gente preocupada em defender os direitos dos trabalhadores e a democracia frente à ascensão de um golpismo – e nem todos os do dia 15 como “reacionários” – pois naquele dia também se manifestaram segmentos sociais preocupados com a crise econômica e com a corrupção. Estamos apenas avaliando a direção geral que os movimentos tomaram e o que parece mais significativo desses atos. Em ambos os movimentos há matizes e manifestantes honestos que pretendem lutar por um país melhor.

As manifestações que citamos refletem a disputa de um projeto de país que, na prática, podemos observar no cotidiano escolar. Se temos a crise da democracia nacionalmente, teremos também uma crise democrática em cada ramificação

da vida social; se há um movimento privatista nacionalmente, também haverá, como consequência, o descaso com cada escola de cada cidade. As questões que parecem ser mais pontuais do mundo da educação – como a ausência de reuniões pedagógicas, a desvalorização do trabalho docente, o não-pagamento do piso salarial, as ameaças às direções escolares, por exemplo – não estão dissociadas de políticas mais amplas que ocorrem no Brasil e no mundo. São partes dentro de um projeto muito mais amplo: o desmonte do Estado de bem estar social e a entrega de todas as esferas da vida pública à iniciativa privada.

Falemos, por final, desta edição do Primeira Classe. Saudações, primeiramente, a todos – mas em especial às grandes lutadoras que são nossas colegas mulheres. Parabéns a todas pela passagem do dia Internacional da Mulher. Chegamos à terceira edição do jornal Primeira Classe em sua nova proposta e formatação. Nele procuramos produzir mais que a simples informação. Desejamos entregar aos colegas textos qualificados, opinativos e interpretativos, que acima de tudo provoquem a reflexão crítica e o engajamento da categoria na defesa da nossa profissão de nossos direitos.

E, mais uma vez, o tema da questão da reunião pedagógica se torna central em nossa pauta. Você vai encontrar nas próximas páginas além do texto assinado pela colega de direção Mariane, excelentes depoimentos de outros colegas sobre assunto, reforçando a ideia de que não devemos jamais abrir mão desse direito sob pena de prejuízos pedagógicos, profissionais e pessoais irreparáveis em nossas carreiras. Nesse sentido, é preciso lembrar que os direitos dos alunos e os direitos dos professores são e devem ser convergentes e não excludentes como querem algumas autoridades – inclusive judiciais –, pois ambos devem ir de encontro à qualidade da educação pública. Portanto, assediado com ameaças gestores para que não realizem reuniões sob o argumento de estarem ferindo os direitos dos alunos às quatro horas diárias é no mínimo insensato. Um direito não deve suprimir outro. Sim, os alunos tem direito a quatro horas diárias de efetivo trabalho escolar, a LDB é clara nisso. Mas, igualmente, SIM, os professores têm direito, amplamente amparados na legislação, e as escolas têm a necessidade dos seus momentos de planejamento. Faça-se cumprir a legislação. Boa leitura!



CNPJ: 92458835/0001-08
Rua André Marques, 418. 97010-040
Santa Maria RS
Contato: 55 3223.0168 / 3025.1418 /
contato@sinprosm.com.br

COORDENAÇÃO:

Ieda Moraes Struniks
Jane May de Oliveira Leal
Magda Dias Alvarez
Mariane Frigo Denardin
Paulo Ricardo Merten
Sandra Cargnin

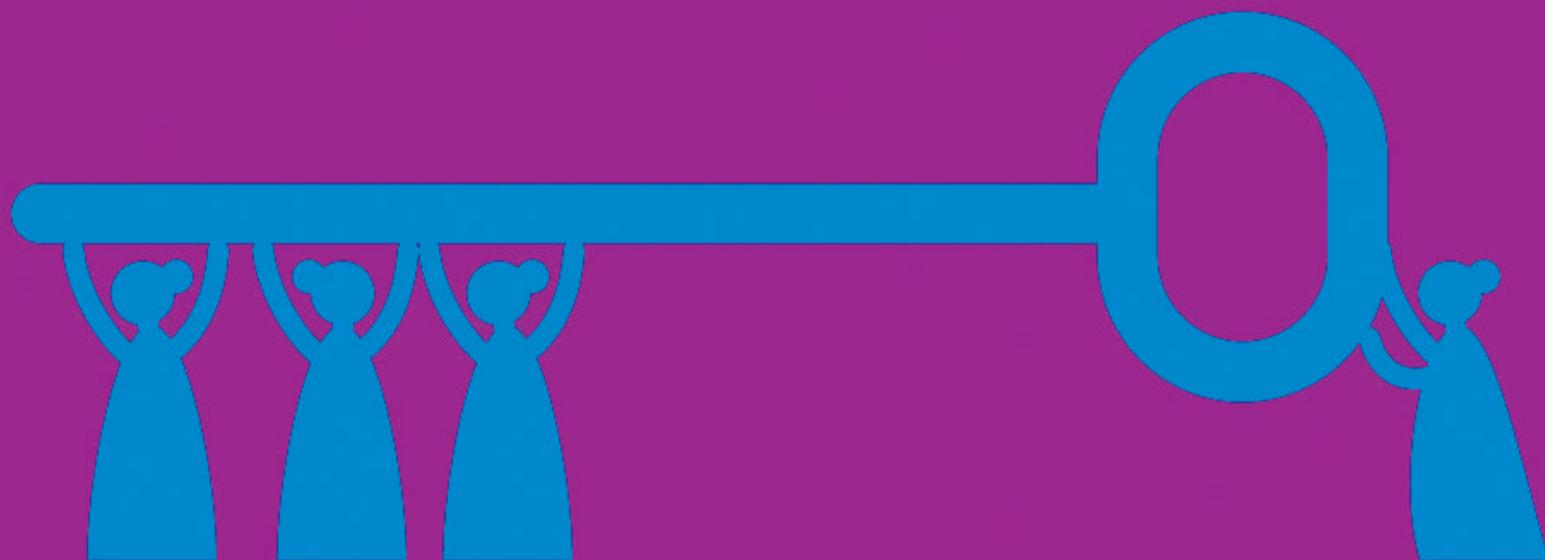


PRODUÇÃO, REDAÇÃO, FOTOGRAFIA E
DIAGRAMAÇÃO:

GREGÓRIO MASCARENHAS - MTB 17444
IMPRESSÃO: Jornal Gazeta do Sul
TIRAGEM: 2.000 exemplares

Quer ver algum projeto ou atividade da sua escola publicado no Primeira Classe?
Entre em contato com o sindicato pelo email: sinprosm@gmail.com

ARTIGO



Sobre o Dia Internacional da Mulher

Século XXI. Ainda ouvimos os ecos de 8 de março de 1857 em Nova Iorque, de Hannah Arendt e sua luta pelo pluralismo político, de Simone de Beauvoir e a reflexão sobre o papel da mulher, sobre o seu envelhecimento... Lembramos Nísia Floresta e Berta Lutz precursoras do feminismo no Brasil no início do século XX; de Leila Diniz e seu barrigão de 8 meses na praia, quebrando tabus, forçando homens e mulheres à reflexão; do 3 de abril de 2011 em Toronto quando vem a tona o preconceito que ainda nos ronda pela forma de nos vestirmos: existem mulheres sérias e mulheres vadias, estas pela sua vulgaridade, devem se conscientizar que correm mais riscos de serem agredidas; também estão aqui junto de nós e nossos companheiros ou companheiras, as dores da Maria da Penha e sua luta sem tréguas contra a violência doméstica...

Sim, estamos no século XXI e dados recentes do IBGE nos mostram que as mulheres brasileiras ganham menos do que os homens desempenhando as mesmas atividades! E pior, as mulheres negras recebem ainda menos! Percebemos então que o feminismo é a soma da luta de todas essas mulheres, em todas essas épocas! E deve ser também a nossa luta, no nosso dia a dia, especialmente nós, mulheres professoras, já que fazemos parte de uma categoria majoritariamente feminina!

Nunca fui militante feminista, no sentido histórico da palavra! No entanto, o fato de estar em sala de aula há 20 anos me faz sentir diariamente a necessidade de me colocar diante dessas questões de gênero! É uma menina que sofre discriminação porque é loira, outra é ridicularizada por estar usando determinada roupa, outra introjetou o estereótipo de que “mulher deve ser sensualizada e burra”, outra para se proteger da violência reage com violência ainda maior, outra não é feminina conforme os padrões sociais e sofre ofensas

que, aliás, estão cotidianamente na televisão e na internet, são questões que nos obrigam a alguma atitude!

Não é fácil dar conta de toda essa realidade! Mas como mulheres, trabalhadoras e professoras precisamos nos posicionar diante dela! Em sala de aula, diariamente, percebo que muitas das nossas alunas e alunos esperam com ansiedade uma colocação nossa, um conselho, uma orientação. Difícil é conviver com a ignorância e a permissividade de muitas famílias; com a falta de afeto traduzida pelo abandono afetivo e intelectual que percebemos em

Somos profissionais numa profissão majoritariamente exercida por mulheres, portanto, impregnadas por essa história de luta das nossas “companheiras de gênero”. Precisamos estar cientes da importância e da responsabilidade dessa tarefa.

muitos alunos e alunas! Desse abandono surge a vulgaridade, a falta de consciência corporal, a gravidez indesejada ou como forma de autoafirmação social. É nessa “trincheira” que eu exerço meu feminismo diário!

A luta por igualdade de gênero não significa que devemos ser iguais aos homens, efetivamente, não somos! Na verdade, essa luta passa pelo respeito às diferenças! E mais, ainda precisamos en-

frentar a questão das diversas orientações sexuais que permeiam a sociedade atual: homossexuais, transexuais, bissexuais, e outras que provavelmente estejam sendo objeto de estudos por parte dos cientistas e observadores astutos da nossa realidade.

O estereótipo da mulher “professorinha”, “normalista”, “tia”, “segunda mãe” do qual já muitas vezes ouvimos falar e até, muitas de nós inadvertidamente fazemos eco, precisa ser combatido! Não somos mães dos nossos alunos, não somos suas tias, não “trazemos um sorriso franco num rostinho encantador” conforme cantava Nelson Gonçalves na década de 40! Somos profissionais numa profissão majoritariamente exercida por mulheres, portanto, impregnadas por essa história de luta das nossas “companheiras de gênero”. Precisamos estar cientes da importância e da responsabilidade dessa tarefa.

Por tudo isso os “ecos” do passado devem continuar ecoando em nós! Já conquistamos muitas coisas, mas ainda há muito por conquistar! O dia 8 de março é apenas um símbolo! As flores, os beijos, as canções, os abraços – todos são bem vindos! Mas o respeito à diferença, o cumprimento das leis e o reconhecimento profissional materializado através de um salário digno e uma jornada de trabalho justa e prevista em lei, é o que vai nos tornar mulheres e trabalhadoras, professoras, profissionais, mais novas, mais velhas, mães, casadas, solteiras, lésbicas, heterossexuais; enfim, seres humanos melhores e mais felizes, que podem ensinar melhor outros seres humanos!

Parabéns aos seres humanos em geral! Todos os dias são, ou pelos menos, deveriam ser nosso dia!

* **Texto de Lourdes Passos, professora de História na EMEF junto ao CAIC Luizinho de Grandi.**



Adelmo Simas Genro: além dos muros da escola

O mês de março foi difícil para a Escola Municipal de Ensino Fundamental Adelmo Simas Genro, localizada na Nova Santa Marta, zona oeste de Santa Maria: as aulas tiveram que ser suspensas devido à violência que atingiu diretamente a instituição. Em uma quinta-feira, dia 12, a escola foi apedrejada e diversos membros da comunidade escolar – entre professores, funcionários, alunos e membros da direção – foram ameaçados por gangues do bairro; nos dias seguintes, a Adelmo chegou a ser cercada por jovens que ameaçaram atear fogo ao prédio. No sábado a diretoria convocou uma reunião para resolver o problema. As aulas, então, foram suspensas até que providências fossem tomadas. Já na segunda-feira, dia 16, houve outra reunião, dessa vez do Conselho Escolar. Durante o encontro foram ouvidos tiros vindos dos fundos da escola.

É certo que a Nova Santa Marta não é definida somente pela violência (falaremos sobre a comunidade mais adiante); nos últimos tempos, porém, o bairro passou a ser notícia constantemente por essa razão. Em 2014, um ano atipicamente violento em Santa Maria, com 50 homicídios, o bairro tomou a dianteira no número de crimes. A violência, entretanto, nunca havia atingido a Adelmo Simas Genro tão diretamente. Professoras chegaram a contar à reportagem que sabiam onde ficava o ponto de venda de drogas do bairro e que “havia um certo respeito” por parte dos traficantes pela escola. O chefe do tráfico, porém, faleceu recentemente em um acidente de carro e os grupos rivais passaram a disputar a hegemonia do comércio de drogas ilegais.

Muita coisa aconteceu desde esses dias que não serão esquecidos pela escola: diversos encontros reuniram indivíduos e instituições – desde a Secretaria de Município de Educação até a Brigada Militar – para que algo fosse feito pela Adelmo Simas Genro e, mais amplamente, pelo bairro. O Primeira Classe foi à escola durante uma dessas reuniões – a do dia 18 de março, mais precisamente – para ouvir o que tinham a dizer os professores, pais e moradores da Nova Santa Marta sobre o assunto.

Vilma Mota e Vilmar Mota, respectivamente avó e pai de dois alunos da escola, estavam lá no dia de nossa visita. Disseram que foram pedir transferência dos dois meninos por medo; lamentaram-se dizendo que “a escola é ótima na parte do ensino, os guris aprendem muito. O problema mesmo é o medo. Se forem construir um muro não vai ser para agora, isso leva tempo”. A construção de um muro que delimitasse o terreno já era uma das pautas da direção da Adelmo. Durante as visitas do sindicato às instituições municipais, realizadas antes do começo do ano letivo, muitas professoras queixaram-se sobre o pedido até então ignorado pela Smed. O Sinprosm chegou a publicar, no dia 25 de fevereiro, a notícia em seu site e nas redes sociais. A secretária, dizem as docentes, sempre respondia que construir um muro feriria a proposta de se ter uma escola totalmente aberta à comunidade. Agora a Smed promete construí-lo o mais breve possível.

Para Maria Adelaide Rossato Bittencourt, que é Coordenadora de Anos Iniciais na escola, a despeito do que ocorreu semanas atrás, sempre houve uma relação mútua de pertencimento entre a Adelmo e toda a Nova Santa Marta: “sempre tivemos o apoio da comunidade. Este é um momento diferente. Sabíamos que havia tráfico no bairro,

mas nunca os problemas chegaram à escola”. A professora conta que o incidente não representa um panorama completo da relação da escola com o espaço onde ela se insere, já que os pais costumam participar ativamente da vida escolar. “Estamos aqui por eles e já avançamos muito em inúmeras áreas”. Quando os trabalhos começaram na instituição – a Adelmo foi fundada no final de 2003, ainda no primeiro mandato de Valdeci Oliveira, mas a primeira turma é do início de 2004 – havia crianças que sequer estavam matriculadas na rede de ensino. Inúmeras dificuldades – até mesmo de pagar as passagens para que os alunos se dirigissem à escola – impediam os pais da Nova Santa Marta de matricular seus filhos na rede pública, por isso muitos dos primeiros alunos da Adelmo iniciaram fora da idade escolar adequada. O Colégio Marista Santa Marta, instituição de caridade fundada ainda em 1998, não tinha vagas suficientes para todos os jovens da região, e nas proximidades não havia qualquer outra escola. A criação da Adelmo Simas Genro, apesar de muito bem recebida pela comunidade – que via ali uma oportunidade até então inédita – foi também criticada por setores mais conservadores da sociedade santa-mariense. Moradores relatam que eram chamados de “sem teto”, por gente de outras partes da cidade. A Adelmo era chamada de “Escola do Carandiru”.

Iracema Saccol, também professora da Adelmo, conta que os professores que foram para lá no momento da criação estavam dispostos a fazer um trabalho diferente do que se desenvolvia em outras partes da cidade; a questão pedagógica e de currículo era importante, mas também havia um trabalho social de identificação com a comunidade a ser desenvolvido. Existia um grande sentimento de otimismo, pois além do comprometimento dos novos professores com o projeto, a escola iniciava com um prédio adequado às suas necessidades – o projeto inicial previa cerca de 700 alunos –, ao contrário de outras instituições municipais; um pátio calçado, salas de aula suficientes e salas de informática, por exemplo, não existiam em todas as instituições. O mobiliário, entretanto, demorou mais a chegar e no primeiro dia de funcionamento não haviam nem classes para os alunos. Sobre o problema da violência, Iracema avalia que não é só a comunidade escolar a sofrer: “todos os trabalhadores de lá estão sufocados. A população de lá precisa muito mais do que uma escola”.

Nova Santa Marta: uma história de resistência

A Nova Santa Marta divide com outros bairros da periferia santa-mariense muitas características comuns – como a evidência da desigualdade ou o abandono do poder público em comparação com regiões mais centrais, por exemplo. É possível dizer, contudo, que sua história é ímpar na cidade: surgiu em 1991 a partir de uma ocupação e foi a maior área urbana contígua ocupada da América Latina. O local foi, até o final da década de 1970, uma fazenda chamada Santa Marta; hoje é o quarto bairro mais populoso da cidade, com mais de 12 mil moradores – portanto maior do que muitas cidades vizinhas.

Elisabete Pinheiro é Secretária Relatora da Comissão de Regularização Fundiária da Nova Santa Marta e mora no local há 19 anos. Ao Pri-



“A população de lá precisa muito mais do que uma escola”, afirma a professora Iracema Saccol

meira Classe ela relatou sobre a ocupação da Nova Santa Marta. Em uma madrugada de dezembro de 1991, 34 famílias se instalaram nas terras do que na época se chamava de “Fazenda Santa Marta”. A organização partira do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia – MNLM, que se constituiu por aqui naquela época. Moradores sem-teto e famílias de outras partes da cidade que não conseguiam mais pagar o aluguel foram os principais ocupantes. Na manhã do outro dia as outras famílias começaram a aparecer, e até o dia 12 de dezembro, já eram 357 famílias cadastradas acampando no local.

A ocupação, entretanto, não veio sem represálias. Elisabete conta que a Brigada Militar isolou a área e não permitia nem que chegassem doações vindas de outras partes de Santa Maria; houve mobilização de diversos setores da sociedade santa-mariense para auxiliar os ocupantes da Nova Santa Marta. Mas o prefeito da época José Haddair Farret – hoje vice de Cezar Schirmer – mandou que fossem construídas valetas em uma das entradas da ocupação para que não chegassem veículos com material de construção ou com pertences de outras famílias. Todavia, um Fusca – pertencente à paróquia local – que transportava os novos moradores contornava os obstáculos e passava. “Essa é uma história de resistência, de não desistir nunca”, diz Elisabete. Tudo que a comunidade conseguiu foi com muito esforço e demora: a água encanada só chegou em 2002, a luz elétrica em 2003 e o reconhecimento formal como bairro em 2006.

Não se pode, entretanto, dizer que as condições não melhoraram na Nova Santa Marta – hoje há casas de alvenaria, ruas asfaltadas, escolas e linhas de ônibus, por exemplo. É um cenário bem distinto do que se vê nas fotos da década de 90, quando havia apenas barracas de lona em ruas de terra. Setores fundamentais da vida urbana seguem, entretanto, há mais de 20 anos sem qualquer solução. A situação fundiária é uma das mais relevantes. Uma breve procura por “regularização

fundiária na Nova Santa Marta” no site da Prefeitura Municipal dá uma mostra de como o problema vem se arrastando: no final de março de 2012 – ou seja, há exatos três anos – uma notícia dizia: “Prefeito assina ordem de serviço para regularização fundiária na Nova Santa Marta”. Os terrenos, entretanto, mesmo os dos ocupantes iniciais do local, ainda não pertencem aos moradores. A regularização fundiária, que é atribuição da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, mais precisamente – nunca foi concluída. Os moradores sequer pagam imposto, pois legalmente as casas não existem – e há muitas consequências piores. Sem um comprovante de residência não se pode receber correspondência ou criar uma conta bancária, por exemplo.

Sobre a situação da violência contra a escola, Elisabete diz que toda a comunidade se abalou muito. As soluções propostas até agora tampouco agradaram a todos. Uma das declarações de maior destaque veiculadas na mídia local foi de um comandante da Brigada Militar, que disse que a polícia iria “assumir o controle da Nova Santa Marta”. Para Lorandi Maciel, que é presidente da associação do Núcleo Central – uma das regiões da Nova Santa Marta – a construção de um muro ou o policiamento ostensivo não seriam suficientes para combater a violência na escola e na comunidade. Ele cita o exemplo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Santa Marta, que também sofria com o mesmo problema: “lá também construíram muro e colocaram guarda; o problema, entretanto, não foi resolvido”. Para Elisabete, um dos problemas seria estigmatizar todos os jovens da comunidade como criminosos: “se é para ter uma segurança pública parceira e transparente, tudo bem. Não queremos, porém, que os jovens da vila sejam tratados todos como monstros”. Ela interpreta que boa parte do problema da criminalidade é reflexo do abandono por parte dos governos. E finaliza: “queremos que o poder público, em geral, tome conta da Nova Santa Marta”.

REUNIÕES PEDAGÓGICAS



“High Brick Wall”, de Max Wolfe. Em Creative Commons.

A teimosia perante o vazio absoluto

Presenciamos atualmente a tentativa de dirigentes da Secretaria de Educação do Município e de juristas reduzirem ou até mesmo retirarem um espaço legítimo do fazer docente: as reuniões pedagógicas semanais. Mas que espaço é esse? Para que serve? Quem o constrói? Quando deve ocorrer? Por que extingui-lo? Perguntas aparentemente ingênuas ou redundantes para nós que nos formamos em Universidades ou Faculdades e nos (re) significamos pedagogicamente, historicamente, socialmente e culturalmente nas Escolas em que atuamos ao longo da vida profissional e sindical, mas que, no entanto, precisam ser respondidas, revistas e lembradas a fim de refratarem no vazio absoluto de algumas instâncias.

Para tanto, a partir deste momento o texto será permeado pela voz de uma autoridade no assunto: Prof. Dr. Celso dos Santos Vasconcellos (2009). Em suas palavras, o trabalho do professor tem uma dimensão essencialmente coletiva: não é o único que atua na escola e o que faz não é para si, já que se presta um serviço à comunidade. Além disso, um sujeito isolado, lutando por uma ideia não vai muito longe (...). Na medida em que possibilita a unidade entre o sujeito da ação e o da reflexão, este espaço é revolucionário. Devemos nos empenhar para consegui-lo, pois desta forma há condições para se criar na escola uma nova prática pedagógica e um novo relacionamento (p.120).

As reuniões seriam um espaço coletivo, propício à reflexão crítica sobre a prática de sala de aula e sobre a própria instituição. Conforme Vasconcellos, esse espaço se caracteriza por troca de experiências, artilhar de dúvidas, inquietações, angústias. Descoberta: o problema não é só comigo! Partilha de esperanças práticas: o sonho de mudança não é só meu! Sistematiza a própria prática e resgata o saber docente. Pesquisa, pois a partir da reflexão surge a necessidade do estudo, que é feito, então, tendo um significado, uma vez que corresponde a um problema localizado na realidade. Desenvolve a atitude de cooperação e co-

-responsabilidade, elabora formas de intervenção pessoais (qualificadas pela reflexão conjunta) e/ou coletivas (possibilitando a integração entre diferentes áreas ou níveis) e avaliação do trabalho. (p.120-121).

Vasconcellos insiste que as reuniões não poderiam se dar de forma esporádica, ou com um espaçamento muito grande entre uma e outra. Ele propõe reuniões pedagógicas semanais, o que parece ser uma realidade distante de muitas escolas públicas. Para ele, não se trata de um requinte, mas de uma absoluta necessidade; sua inexistência dificulta muito qualquer mudança na escola (p.122). Ainda na mesma página, o autor considera ser lamentável, mas muitos dirigentes (sobretudo diretores e técnicos das secretarias da educação) entendem que o lugar do professor é dando aulas e pronto; há uma mentalidade enraizada de que o professor tem que ficar na sala de aula, não se abrindo espaço para o estudo, para a articulação (e avanço) entre teoria e prática.

O pesquisador defende que a conquista e a preservação do espaço das reuniões passa por um planejamento e por uma participação ativa nos encontros. Isso implica o envolvimento de todos antes, durante e após a reunião. Antes da reunião os docentes podem participar da definição da pauta e preparar-se para o encontro, por exemplo, realizando as tarefas previstas (pesquisas, leituras, etc.). A possibilidade de resistência a essas tarefas, afirma o autor, não é privilégio dos professores, mas também ocorre na sociedade, no sistema de ensino e na equipe escolar.

Ele associa a resistência à teimosia, ou seja, a “resistir à ideia de algo”. Para esse autor, a sociedade resiste porque teima em não valorizar efetivamente a educação escolar(...), o sistema teima porque “teima em não ouvir os professores e mandar ‘pacotes’, teima em não pagar o suficiente, teima em superlotar as salas de aula(...), a equipe teima em ser autoritária, o diretor teima em cindir o pedagógico do administrativo”, etc.(p.64-65).

No que tange à resistência docente, Vasconcellos aponta a possibilidade de existência de dois lados. O autor entende que a resistência a mudanças pode ser positiva na medida em que leva a refletir, aprofundar, a fundamentar melhor e evitar ampliação da margem de envolvimento com uma proposta que, apesar do desejo de acertar, poderia eventualmente estar equivocada, possibilita resgatar os aspectos positivos do trabalho, o valor das práticas tidas até então; favorece não cair em meros modismos.

Por outro lado, salienta o autor, tal resistência pode ser negativa uma vez que existe o confronto de necessidade de profundas mudanças nas instituições de ensino com a passividade de muitos educadores que resistem à ideia de estudar mais, valorizar o coletivo, buscar soluções (ao invés de se queixar o tempo todo), de não se portar como dono de sua especialidade. Apesar do exposto, o autor salienta que o espaço da reunião pedagógica seria por excelência um espaço propício a mudança, ao confronto de sentidos, do fortalecimento do coletivo.

Já na linha sindical, que valoriza a qualidade da educação pública, a resistência e teimosia são marcos de fortalecimento de uma entidade historicamente construída. Teimar em não aceitar a redução das reuniões pedagógicas em mensais ou quinzenais, pois mais que legal, as reuniões pedagógicas semanais são historicamente e pedagogicamente legítimas da nossa profissão, do nosso fazer. Logo colegas, nossas vozes não poderão ser caladas, pois elas ecoam, refletem e refratam a resistência. A teimosia.

Citando obra de VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico – do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2009

Texto de Mariane Denardin, Coordenadora das Escolas do Meio Rural.

OPINIÃO DA CATEGORIA

“A formação continuada de professores tem sido um assunto amplamente debatido nos últimos anos e esta é uma formação que se dá ao longo de nossa vida profissional, por isso acredito que as reuniões pedagógicas são de extrema importância para o desenvolvimento dos professores. Entendo que a escola é um espaço de formação continuada dos mesmos, sendo a reunião um tempo no qual nós profissionais temos a possibilidade de compartilhar saberes e refletir sobre nossa prática pedagógica. É uma possibilidade para desenvolver a coletividade e a constante aproximação daquilo que se quer, que se deseja e que estão descritos em nossos Projeto Político Pedagógicos (PPPs) e de nossa ação diária que necessita de um olhar compartilhado. Este é um tempo e um espaço no qual desenvolvemos o perfil de cada uma de nossas escolas que devem estar distintamente atendendo às necessidades do que é peculiar a cada realidade institucional. A reunião é espaço de encontro, de escuta, de compartilhamentos e de transformações. É neste momento de encontro que podemos transformar nossas palavras em planos, nossos planos em ações que se concretizam para qualificar o processo educacional. Devemos lutar por reuniões pedagógicas como um espaço para a formação continuada, para a transformação, para o desenvolvimento da coletividade, para a reflexão de nossas ações e para a superação dos desafios colocados pela nossa profissão. Portanto, abrir mão das reuniões pedagógicas poderá significar uma formação descontextualizada, sem identidade e individualizada, perdendo, assim, a oportunidade de construir novos conhecimentos que qualifiquem nossa ação pedagógica de forma colaborativa, pois é na escola que professores e alunos aprendem a todo o momento.”

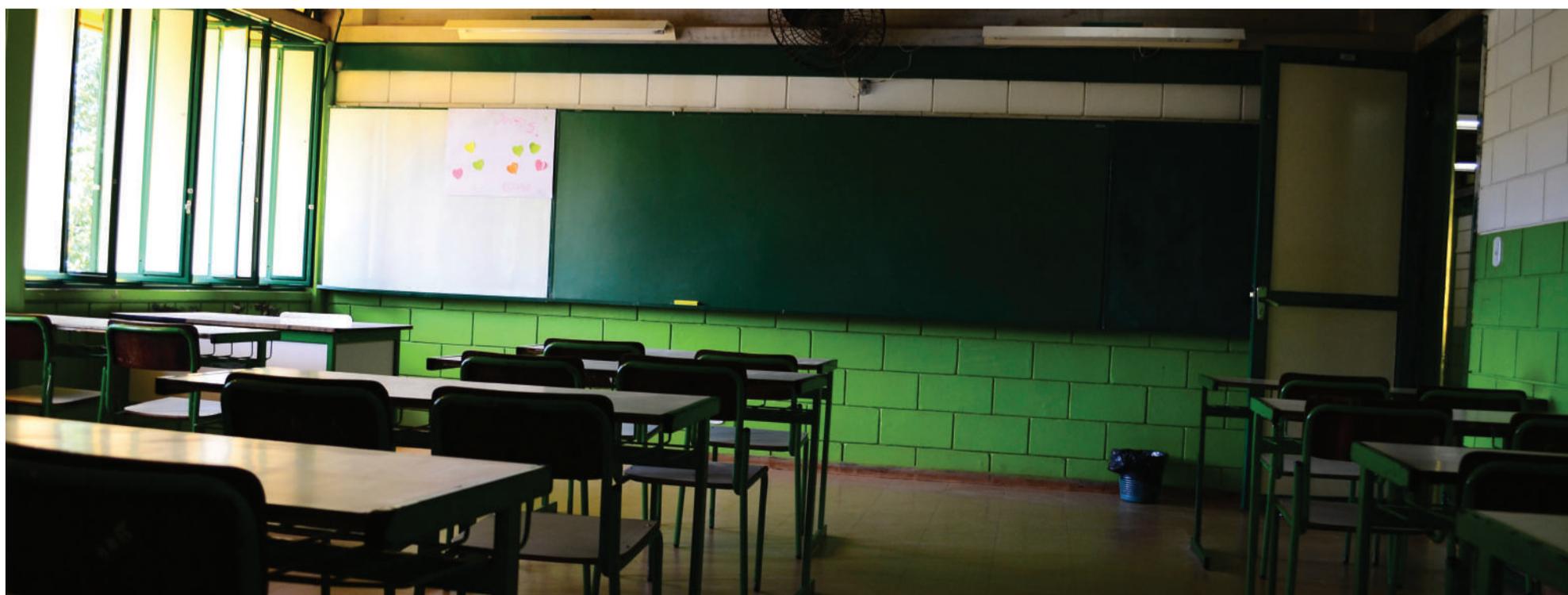
Simone Grahl Martins

“É consenso entre nossa classe que um professor isolado em sua sala de aula se torna impotente para resolver a maioria dos dilemas com os quais se defronta todos os dias. As reuniões pedagógicas semanais são a oportunidade indispensável de planejar estratégias conjuntas para melhorar a aprendizagem dos alunos e ter uma visão mais global da comunidade escolar. Não há como concretizar um projeto educativo em uma escola que não conta com esse espaço de discussão.”

Marcia Benaduce

“Vivemos tempos de muita tristeza pedagógica nas Escolas de Educação Infantil, somos “solitas” e essa solidão não nos permite mais pensar nossos fazeres na escola. Agimos individualmente, não temos projetos coletivos, não trocamos práticas pedagógicas, não nos fortalecemos com nossos pares, aliás nem saímos mais de nossas salas. Não podemos, ao menos, compartilhar espaços com nossas colegas e crianças. Há desafios, enfrentamentos, falta de recursos humanos, dinheiro, tudo isso eu entendo. Mas por que não nos compreendem quando dizemos que assim a qualidade do nosso trabalho diminui? Que educação querem para as crianças, que projetos sonham para as escolas da rede? Sem reuniões pedagógicas não refletimos, não mudamos, não transformamos coisa alguma na vida dos estudantes. Somos somente fazedoras de uma rotina que está a nos escravizar literalmente. Penso que professoras como eu que trabalham 40h teriam que ter acesso a reuniões semanais de manhã e de tarde, teriam que ter direito a conversar com suas colegas e coordenação e com elas interagir, trocar e produzir estratégias para articulação de ações inovadoras. Mas a quem isso importa mesmo? Se estamos lá, solitas, cada uma trancada em sua sala, nem café tomamos juntas! Ruth Rocha escreveu certa vez sobre as escolas de vidro: (...) “Naquele tempo eu até que achava natural que as coisas fossem daquele jeito. Eu nem desconfiava que existissem lugares muito diferentes... Eu ia para a escola todos os dias de manhã e quando chegava, logo, logo, eu tinha que me meter no vidro. É, no vidro! Cada menino ou menina tinha um vidro e o vidro não dependia do tamanho de cada um, não! O vidro dependia da classe em que a gente estudava. Se você estava no primeiro ano ganhava um vidro de um tamanho. Se você fosse do segundo ano seu vidro era um pouquinho maior. E assim, os vidros iam crescendo à medida que você ia passando de ano. Se não passasse de ano, era um horror. Você tinha que usar o mesmo vidro do ano passado, coubesse ou não coubesse(...) Pois bem, nós professores estamos nessa situação cada um no seu vidro, cada um sem saber dos saberes do outro, das lutas do outro, das dificuldades e êxitos do outro, cada um bem guardado fazendo sem pensar sua função. E digo, muitas de nós nem desconfiam que existam lugares diferentes... Me sinto oprimida dentro de um vidro. Está na hora de pensarmos para além dos vidros e quebra-los de uma vez. Afinal, como diz Freire: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.” (FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.)”

Andreia Schorn



NÃO VAMOS ABRIR MÃO!



**ATO PÚBLICO
DOS PROFESSORES MUNICIPAIS
1º DE ABRIL ÀS 16H
PRAÇA SALDANHA MARINHO**

SINPROSM
SINDICATO DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

**É NA LUTA QUE SE APRENDE,
SE ENSINA E SE EDUCA!**

Negociações com o IPE seguem avançando

Quem esteve na Assembleia Sindical, no dia 11 de março, recebeu uma ótima notícia, em tempo real, sobre a falta de um plano de saúde compatível com o salário dos funcionários da Prefeitura Municipal. Durante o evento, a coordenadora sindical Mariane Denardin recebeu uma ligação do vereador Manoel Badke (DEM), que estava em Porto Alegre em reunião com o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE. Na ligação, o legislador informou que a instituição “sinalizou interesse” em incluir os municipais santa-marienses, contendo aí os professores, no plano de saúde.

Badke, em conversa com o Primeira Classe, afirmou que desde a última reunião houve avanços no assunto. Ele conta que propôs a criação de uma Comissão Especial na Câmara de Vereadores para tratar do assunto; além dele, também participam Marta Zanella (PMDB) e Pastor João Chaves (PSDB). O grupo já protocolou na prefeitura, através do secretário Carlos Brasil Pippi Brisola, da pasta de Coordenação do Desenvolvimento Institucional, um pedido de informação quanto aos dados – como salário e idade, por exemplo – de todos os servidores da administração municipal. Com esses números o IPE poderá elaborar o cálculo atuarial que dá uma informação importante: a instituição terá lucro ou prejuízo com a inclusão dos municipais santa-marienses em seus segurados pelo plano de saúde. A expectativa é que Santa Maria seja interessante para o IPE por sua grande população, já que os maiores prejuízos do instituto costumam vir de pequenos municípios.

A expectativa de Badke é que o cálculo atuarial seja finalizado até a primeira semana de abril. Haverá, então, a pedido da Comissão Especial da Câmara de Vereadores, uma grande audiência entre o Sinprosm, o Sindicato dos Municipais de Santa Maria e vereadores.

Pedido de Permuta

A professora Tânia Kisner, de Cachoeira do Sul, pede permuta com Santa Maria. Interessados devem entrar em contato com o Sinprosm através dos telefones 3223-0168, 3025-5458 ou pelo e-mail sinrosm@gmail.com.